



BEM

VINDO

T  
E  
R  
E  
Z  
I  
N  
H  
A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA - PE

Governo Municipal

# PREFEITURA - FLUXO DE CAIXA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL GESTÃO 2025



Município de Terezinha - Pernambuco

Exercício Financeiro: 2025

Prefeitura Municipal de Terezinha

Cuidando do nosso povo





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**JANEIRO A DEZEMBRO**

Orçamento Programa - Exercício de 2025

**ISOLADO: 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA**



Documento Assinado Digitalmente por: ARNOBIO GOMES DA SILVA, EDER MARCONE VIEIRA  
Acesse em: <https://scte108.pf.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c0612738-2d26-4f63-4d07-8aac1b4b9e63

<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>Nota</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		-110.454,42	-2.362.386,11
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.136.516,03	1.246.950,50

LOURIVAL CORDEIRO DE CARVALHO  
DIRETOR FINANCEIRO  
372.000.094-91

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.074-87

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.074-40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**JANEIRO A DEZEMBRO**

Orçamento Programa - Exercício de 2025

**CONSOLIDADO**



Documento Assinado  
 em 20/01/2025 às 10:03:17  
 por ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
 CPF: 0612738-2426-463-4407-8aac1bab9e63  
 Assinado eletronicamente no  
 Sistema de Documentação

<b>B - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS</b>		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>	<b>26.947.813,16</b>	<b>26.457.499,83</b>
Intergovernamentais	26.947.813,16	26.457.499,83
da União	18.349.157,86	17.743.053,77
de Estados e Distrito Federal	8.598.655,30	8.714.426,66
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas	0,00	0,00
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>26.947.813,16</b>	<b>26.457.499,83</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>	<b>374.649,26</b>	<b>347.822,00</b>
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
a Consórcios	0,00	0,00
Intragovernamentais	374.649,26	347.822,00
Outras transferências concedidas	0,00	0,00
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>374.649,26</b>	<b>347.822,00</b>

**LOURIVAL CORDEIRO DE CARVALHO**  
 DIRETOR FINANCEIRO  
 372.000.094-91

**ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO**  
 SECRETARIO DE FINANÇAS  
 765.000.074-87

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**JANEIRO A DEZEMBRO**

Orçamento Programa - Exercício de 2025

ISOLADO: 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA



Documento Assinado Digitalmente  
 Acesse em: <https://stc.eide.gov.br/epp/validaDoc.seam?docId=1738-2025-46440-788ac1ba0993>

<b>C - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA	0,00	0,00
ESSENCIAL à JUSTIÇA	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	8.173.044,68	7.949.544,55
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00
CULTURA	281.547,51	237.295,34
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00
URBANISMO	3.407.535,64	6.210.070,99
HABITAÇÃO	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00
AGRICULTURA	1.835.930,43	2.960.911,84
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00
TRANSPORTE	785.728,82	337.297,47
DESPORTO E LAZER	26.360,00	16.466,84
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00
TURISMO E LAZER	0,00	0,00
PROMOCAO DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>14.510.147,08</b>	<b>17.711.683,32</b>

LOURIVAL CORDEIRO DE CARVALHO  
 DIRETOR FINANCEIRO  
 372.000.094-91

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
 SECRETARIO DE FINANÇAS  
 765.000.074-87

EDER MARCONE VIEIRA  
 CONTADOR  
 042.000.074-40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**JANEIRO A DEZEMBRO**

Orçamento Programa - Exercício de 2025

**ISOLADO: 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA**



Documento Assinado  
em  
15/05/2025  
15:00:00  
Assinado por: ARNOBIO GOMES DA SILVA; EDER MARCONE VIEIRA  
Acesse em: <https://ctce.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c0612738-2d26-4f63-4d07-8aac1bab9e63

**D - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

LOURIVAL CORDEIRO DE CARVALHO  
DIRETOR FINANCEIRO  
372.000.094-91

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.074-87

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.074-40



## a) Informações Gerais

### a.1. Nome da entidade

Prefeitura Municipal de Terezinha

CNPJ: 11.286.366/0001-95

### a.2. Domicílio da entidade

Avenida Getúlio Vargas S/N

Centro

Terezinha PE

CEP: 55305-000

### a.3. Dados do gestor

ARNOBIO GOMES DA SILVA

PREFEITO

CPF: 303.000.004-72

### a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

EDER MARCONE VIEIRA

CONTADOR

CPF: 042.000.074-40

### a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

A Prefeitura Municipal de Terezinha concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2025 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal LOA 2025). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

### a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

### a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Terezinha:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA

## b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

### b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna





específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

#### **b.2. Bases de mensuração utilizadas**

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2025 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 10ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

##### **b.2.1. O caixa e equivalente de caixa**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

##### **b.2.2. Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

##### **b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

##### **b.2.4. Estoques**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

##### **b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2024, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2024, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

##### **b.2.6. Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

##### **b.2.7. Intangível**





Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9. Passivo circulante e não circulante**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10. Empréstimos e financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11. Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

#### **b.2.12. Apuração do resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

### **b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

### **b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.





## **c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas**

### **c.1. Notas com Referências Cruzadas**

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

#### **Nota 1: INGRESSOS**

As receitas derivadas e originárias do exercício de 2025 totalizaram **R\$ 29.040.861,41**. Houve uma diminuição de **R\$ 217.193,43** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 29.258.054,84**.

#### **Nota 2: Transferências financeiras recebidas**

O valor das transferências recebidas no exercício de 2025 totalizou **R\$ 26.947.813,16**. Houve um aumento de **R\$ 490.313,23** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 26.457.499,93**.

#### **Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários**

Os outros ingressos operacionais totalizaram **R\$ 652.685,73**, sendo **R\$ 628.171,28** decorrentes de ingressos extraorçamentários e **R\$ 24.514,45** de transferências financeiras recebidas. Em 2024, esse grupo totalizou **R\$ 652.685,73**.

#### **Nota 4: Desembolsos com Pessoal e Demais Despesas**

Os desembolsos com pessoal e demais despesas no exercício de 2025 totalizaram **R\$ 28.045.121,04**. Houve um aumento de **R\$ 695.749,70** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 27.349.371,34**.

#### **Nota 5: Juros e Encargos da Dívida**

No exercício de 2025, não houve registro de desembolsos com juros e encargos da dívida, permanecendo o valor de **R\$ 0,00**, sem alteração em relação ao exercício de 2024.

#### **Nota 6: Transferências Concedidas**

As transferências concedidas no exercício de 2025 totalizaram **R\$ 374.649,26**. Houve um aumento de **R\$ 26.796,67** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 347.852,59**. Do total concedido, **R\$ 374.649,26** referem-se a transferências intragovernamentais.

#### **Nota 7: Outros Desembolsos Operacionais**

Os outros desembolsos operacionais totalizaram **R\$ 13.160.324,70**, sendo **R\$ 1.409.953,33** decorrentes de desembolsos extraorçamentários e **R\$ 11.750.371,37** relativos a transferências financeiras concedidas. Em 2024, esse grupo totalizou **R\$ 9.289.915,43**.

#### **Nota 8: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais**

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no exercício de 2025 foi positivo em **R\$ 995.740,37**, inferior ao apurado em 2024, que foi de **R\$ 1.908.683,50**.





### Nota 9: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		48.240,00	3.328.884,10
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		48.240,00	3.328.884,10
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-48.240,00	-3.328.884,10

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento no exercício de 2025 foi negativo em **R\$ -48.240,00**, em razão de desembolsos com aquisição de ativo não circulante no mesmo valor. Em 2024, o fluxo líquido dessas atividades foi negativo em **R\$ -3.328.884,10**.

### Nota 10: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		1.057.954,79	942.196,11
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		1.057.954,79	942.196,11
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-1.057.954,79	-942.196,11

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento no exercício de 2025 foi negativo em **R\$ -1.057.954,79**, decorrente de outros desembolsos de financiamentos. Em 2024, esse fluxo foi negativo em **R\$ -942.196,11**.

### Nota 11: Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial

O saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa, em **31/12/2024**, foi de **R\$ 1.246.970,45**. No exercício anterior, o saldo inicial havia sido de **R\$ 3.609.367,16**.

### Nota 12: Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, resultante da soma dos fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, totalizou **R\$ -110.454,42** no exercício de 2025. Em 2024, foi apurado resultado negativo de **R\$ -2.362.396,71**.

### Nota 13: Caixa e Equivalentes de Caixa Final

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa, em **31/12/2025**, totalizou **R\$ 1.136.516,03**, contra **R\$ 1.246.970,45**.

## d) Outras Informações Relevantes

### d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2025 totalizou **R\$ 4.419.906,89**. Houve um aumento de **R\$ 2.119.807,61** em relação ao exercício de 2024, cujo saldo final foi de **R\$ 2.300.099,28**. A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no período foi positiva em **R\$ 2.119.807,61**.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

- Caixa e Equivalente de Caixa Inicial: **R\$ 1.246.970,45**
- Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I): **R\$ 995.740,37**





- Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II): **R\$ -48.240,00**
- Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III): **R\$ -1.057.954,79**
- = Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa (I+II+III): **R\$ -110.454,42**
- = Caixa e Equivalente de Caixa Final: **R\$ 1.136.516,03**

#### **d.1.2 Composição dos ingressos operacionais**

Os ingressos das atividades operacionais evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa correspondem às entradas de recursos financeiros decorrentes das operações típicas da entidade no exercício.

No exercício de 2025, os ingressos operacionais totalizaram **R\$ 29.040.861,41**, sendo compostos por **Receitas Derivadas e Originárias, Transferências Recebidas e Outros Ingressos Operacionais**.

As **Receitas Derivadas e Originárias**, que representam a arrecadação própria do ente, incluindo tributos, contribuições, receitas patrimoniais e de serviços, totalizaram **R\$ 1.440.362,52**, evidenciando baixa participação relativa na composição geral dos ingressos, característica comum em entes com elevada dependência de transferências intergovernamentais.

As **Transferências Recebidas**, que correspondem aos repasses financeiros oriundos de outras esferas de governo, especialmente da União e do Estado, somaram **R\$ 26.947.813,16**, constituindo a principal fonte de financiamento das atividades operacionais da entidade, refletindo a estrutura de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), baseada em transferências fundo a fundo.

Por sua vez, os **Outros Ingressos Operacionais**, que englobam ingressos extraorçamentários e transferências financeiras recebidas, totalizaram **R\$ 652.685,73**, representando valores que não transitam diretamente pelo orçamento, mas que impactam o fluxo financeiro da entidade no período.

Dessa forma, observa-se que a execução financeira das atividades operacionais no exercício foi majoritariamente sustentada por transferências intergovernamentais, com participação reduzida das receitas próprias, evidenciando a dependência estrutural de recursos externos para a manutenção das ações e serviços públicos de saúde.

#### **d.1.3 Composição dos desembolsos operacionais**

Os desembolsos totais das atividades operacionais no exercício de 2025 somaram **R\$ 28.045.121,04**, compostos por:

- **Pessoal e Demais Despesas:** R\$ 14.510.147,08
- **Juros e Encargos da Dívida:** R\$ 0,00
- **Transferências Concedidas:** R\$ 374.649,26
- **Outros Desembolsos Operacionais:** R\$ 13.160.324,70

#### **Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos**

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

#### **d.2. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

Não se aplica a este demonstrativo.

#### **d.3. Divulgações não financeiras**

Não se aplica a este demonstrativo.

#### **d.4. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.





#### **d.5. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

#### **TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS**

As transferências recebidas evidenciadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no âmbito das atividades operacionais, totalizaram R\$ 26.947.813,16, correspondendo aos recursos financeiros ingressados no exercício.

#### **TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS**

As transferências concedidas no exercício, por sua vez, totalizaram R\$ 374.649,26, representando os repasses financeiros efetuados pela entidade no âmbito das atividades operacionais.

#### **e) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por Fonte de Recurso**

Considerando que a estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa não evidencia diretamente as deduções das receitas orçamentárias por fonte de recurso, apresenta-se o detalhamento dos principais fluxos financeiros correlatos:

- Ingressos Extraorçamentários: R\$ 628.171,28
- Transferências Financeiras Recebidas: R\$ 24.514,45
- Desembolsos Extraorçamentários: R\$ 1.409.953,33
- Transferências Financeiras Concedidas: R\$ 11.750.371,37

#### **f) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

#### **g) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

#### **h) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

#### **i) Adequação ao PIPCP**

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015 e atualizado pela Portaria STN/MF Nº 1.569/2023.

**ARNOBIO GOMES DA SILVA**  
PREFEITO  
CPF: 303.000.004-72

**EDER MARCONE VIEIRA**  
CONTADOR  
CPF: 042.000.074-40





Documento Assinado Digitalmente por: ARNOBIO GOMES DA SILVA, EDER MARCONE VIEIRA  
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c0612738-2d26-4f63-4d07-8aac1babb9e63

BEM

VINDO

T  
E  
R  
E  
Z  
I  
N  
H  
A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA - PE

Governo Municipal

# SAÚDE - FLUXO DE CAIXA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL GESTÃO 2025



Município de Terezinha - Pernambuco

Exercício Financeiro: 2025

Prefeitura Municipal de Terezinha

Cuidando do nosso povo



# FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Orçamento Programa - Exercício de 2025

JANEIRO A DEZEMBRO

ISOLADO: 3 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE



Documento Assinado Digitalmente  
 Assinatura: EDER MARCONE VIEIRA  
 Acesse em: <https://sica.cpmf.gov.br/ep/validaDoc.sica>

<b>A - QUADRO PRINCIPAL</b>			
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		15.043.013,89	12.945.922,22
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		45.110,39	80.321,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Originárias		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		45.110,39	80.321,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	B	8.416.433,58	8.392.740,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		6.581.469,92	4.472.708,00
Ingressos Extraorçamentários		463.619,44	615.033,88
Transferências Financeiras Recebidas		6.117.850,48	3.857.776,00
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)		13.679.765,92	12.704.733,00
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	C	12.495.349,93	11.612.344,22
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	D	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	B	707.931,97	501.774,99
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		476.484,02	590.628,00
Desembolsos Extra-Orçamentários		476.484,02	590.628,00
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>		<b>1.363.247,97</b>	<b>241.206,00</b>
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		318.450,00	26.562,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		318.450,00	26.562,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>-318.450,00</b>	<b>-26.562,00</b>
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	7.747,52
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	7.747,52
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>		<b>0,00</b>	<b>-7.747,52</b>
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>		<b>621.364,71</b>	<b>414.465,13</b>

MARIA NADIR FERRO DE SÁ  
SECRETARIA DE SAÚDE  
250.000.004-04

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.004-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.004-87

# FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Orçamento Programa - Exercício de 2025

JANEIRO A DEZEMBRO

ISOLADO: 3 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE



Documento Assinado Digitalmente por: ARNOBIO GOMES DA SILVA, EDER MARCONE VIEIRA  
Acesse em: <https://scte108.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c0612738-2d26-4f63-4d07-8aac1bab9e63

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		1.044.797,97	206.899,88
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.666.162,68	621.384,11

MARIA NADIR FERRO DE SÁ  
SECRETARIA DE SAÚDE  
250.000.004-04

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.004-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.004-87



# FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Orçamento Programa - Exercício de 2025

JANEIRO A DEZEMBRO

ISOLADO: 3 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE



Documento Assinado Digitalmente em 11/01/2025 às 10:00:00. Acesse em: <https://stc.ead.pe.gov.br/epp/validarDocumento.aspx?semCodigoDoDocumento:00612738-2025-4f65-4407-88ac1ba09933>

<b>C - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA	0,00	0,00
ESSENCIAL à JUSTIÇA	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
SAÚDE	12.495.349,93	11.612.344,72
TRABALHO	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00
TURISMO E LAZER	0,00	0,00
PROMOCAO DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	12.495.349,93	11.612.344,72

MARIA NADIR FERRO DE SÁ  
SECRETARIA DE SAÚDE  
250.000.004-04

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.004-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.004-87

**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**JANEIRO A DEZEMBRO**

Orçamento Programa - Exercício de 2025

ISOLADO: 3 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE



Documento Assinado  
Acesse em: <https://ctce.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c0612738-2d26-4f63-4d07-8aac1bab9e63

<b>D - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

MARIA NADIR FERRO DE SÁ  
SECRETARIA DE SAÚDE  
250.000.004-04

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.004-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.004-87



## a) Informações Gerais

### a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Saúde

CNPJ: 09.111.921/0001-04

### a.2. Domicílio da entidade

Rua Agamenon Magalhaes 25-A

Centro

Terezinha PE

55305-000

### a.3. Dados do gestor

MARIA NADIR FERRO DE SÁ

SECRETARIA DE SAÚDE

CPF: 25 [REDACTED]-04

### a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

EDER MARCONE VIEIRA

CONTADOR

CPF: 042. [REDACTED]0

### a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Educação Terezinha concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2025 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal LOA 2025). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

### a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

### a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Terezinha:

Fundo Municipal de Saúde de Terezinha– PE

## b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

### b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.





#### b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2025 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 10ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

##### b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

##### b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

##### b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

##### b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

##### b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2024, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2024, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

##### b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

##### b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis





ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9. Passivo circulante e não circulante**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10. Empréstimos e financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11. Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

#### **b.2.12. Apuração do resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

### **b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

### **b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.

## **c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas**

### **c.1. Notas com Referências Cruzadas**





A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

#### **Nota 1: Ingressos**

As receitas derivadas e originárias do exercício de 2025 totalizaram **R\$ 15.043.013,89**. Houve um aumento de **R\$ - 2097081,77** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 12.945.932,12**.

#### **Nota 2: Transferências financeiras recebidas**

O valor das transferências recebidas no exercício de 2025 totalizou **R\$ 8.416.433,58**. Houve um aumento de **R\$ -23682,67** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 8.392.750,91**.

#### **Nota 3: Outros Ingressos Operacionais**

Os ingressos Extraorçamentários totalizaram **R\$ 463.619,44**. Em 2024, esse grupo totalizou **R\$ 615.063,08**.  
As Transferências Financeiras Recebidas em 2025 totalizaram **R\$ 6.117.850,48**, Em 2024, esse grupo totalizou **R\$ 3.857.726,33**.

#### **Nota 4: Desembolsos com Pessoal e Demais Despesas**

Os desembolsos com pessoal e demais despesas no exercício de 2025 totalizaram **R\$ 13.679.765,92**. Houve um aumento de **R\$ 975042,90** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 12.704.723,02**.

#### **Nota 5: Juros e Encargos da Dívida**

No exercício de 2025, não houve registro de desembolsos com juros e encargos da dívida, permanecendo o valor de **R\$ 0,00**, sem alteração em relação ao exercício de 2024.

#### **Nota 6: Transferências Concedidas**

As transferências concedidas no exercício de 2025 totalizaram **R\$ 707.931,97**. Houve uma redução de **R\$ 206157,21** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 501.774,76**.

#### **Nota 7: Outros Desembolsos Operacionais**

Os outros desembolsos operacionais totalizaram **R\$ 476.484,02**, sendo **R\$ 476.484,02** decorrentes de desembolsos extraorçamentários e **R\$ 0,00** relativos a transferências financeiras concedidas. Em 2024, esse grupo totalizou **R\$ 590.603,54**.

#### **Nota 8: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais**

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no exercício de 2025 foi positivo em **R\$ 1.363.247,97**, superior ao apurado em 2024, que foi de **R\$ 241.209,10**.





#### Nota 9: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		318.450,00	26.562,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		318.450,00	26.562,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-318.450,00	-26.562,00

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento no exercício de 2025 foi negativo em **R\$ -318.450,00**, em razão de desembolsos com aquisição de ativo não circulante no mesmo valor. Em 2024, o fluxo líquido dessas atividades foi negativo em **R\$ -26.562,00**.

#### Nota 10: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	7.747,52
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	7.747,52
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	-7.747,52

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento no exercício de 2025 foi negativo em **R\$ 0,00**, decorrente de outros desembolsos de financiamentos. Em 2024, esse fluxo foi negativo em **R\$ -7.747,52**.

#### Nota 11: Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial

O saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa, em 31/12/2024, foi de **R\$ 621.364,71**. No exercício anterior, o saldo inicial havia sido de **R\$ 414.465,13**.

#### Nota 12: Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, resultante da soma dos fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, totalizou **R\$ 1.044.797,97** no exercício de 2025. Em 2024, foi apurado resultado negativo de **R\$ 206.899,58**.

#### Nota 13: Caixa e Equivalentes de Caixa Final

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa, em 31/12/2025, totalizou **R\$ 1.666.162,68**, contra **R\$ 126.783,59** no exercício anterior, havendo uma redução de **R\$ 1.044.797,97**.

## d) Outras Informações Relevantes

### d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2025 totalizou **R\$ 1.666.162,68**. Houve um redução de **R\$ 1.044.797,97** em relação ao exercício de 2024, cujo saldo final foi de **R\$ 621.364,71**. A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no período foi positiva em **R\$ 1.044.797,97**.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:





• Caixa e Equivalente de Caixa Inicial:	<b>R\$ 621.364,71</b>
• Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I):	<b>R\$ 1.363.247,97</b>
• Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II):	<b>R\$ -318.450,00</b>
• Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III):	<b>R\$ 0,00</b>
= Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa (I+II+III):	<b>R\$ 1.044.797,97</b>
= Caixa e Equivalente de Caixa Final:	<b>R\$ 1.666.162,68</b>

#### d.1.2 Composição dos ingressos operacionais

Os ingressos totais das atividades operacionais no exercício de 2025 somaram R\$ 15.043.013,89, compostos por:

- Receitas Derivadas e Originárias no valor de R\$ 45.110,39;
- Transferências Recebidas no montante de R\$ 8.416.433,58;
- Outros Ingressos Operacionais no valor de R\$ 6.581.469,92, sendo estes formados por ingressos extraorçamentários e transferências financeiras recebidas.

#### d.1.3 Composição dos desembolsos operacionais

Os desembolsos totais das atividades operacionais no exercício de 2025 somaram R\$ 13.679.765,92, compostos por:

- Pessoal e Demais Despesas no valor de R\$ 12.495.349,93;
- Juros e Encargos da Dívida no valor de R\$ 0,00;
- Transferências Concedidas no montante de R\$ 707.931,97;
- Outros Desembolsos Operacionais no valor de R\$ 476.484,02.

#### Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

#### d.2. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

#### d.3. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

#### d.4. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

#### d.5. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

#### e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

#### f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

#### g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.





## **h) Itens mais Relevantes que Compõem os Fluxos de Caixa**

### **h.1. Descrição dos itens Incluídos no Conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Os investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

### **h.2. Descrição dos Itens Mais Relevantes do Fluxo de Caixa**

<b>Relevância</b>	<b>Descrição</b>	<b>2025 (R\$)</b>	<b>2024 (R\$)</b>
1º	Transferências Recebidas	8.416.433,58	8.392.750,91
2º	Pessoal e Demais Despesas	12.495.349,93	11.612.344,72
3º	Outros Ingressos Operacionais	476.484,02	590.603,54

No exercício de 2025, os itens mais relevantes da Demonstração dos Fluxos de Caixa foram: Transferências Recebidas, no valor de R\$ 8.416.433,58; Pessoal e Demais Despesas, no montante de R\$ 12.495.349,93; e Outros Ingressos Operacionais, no valor de R\$ 476.484,02.

## **i) Adequação ao PIPCP**

As informações apresentadas neste Demonstrativo, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015 e atualizado pela Portaria STN/MF Nº 1.569/2023.

**MARIA NADIR FERRO DE FÁ**  
**SEC. SAÚDE**  
CPF: 02[REDACTED]04

**EDER MARCONE VIEIRA**  
**CONTADOR**  
CPF: 04[REDACTED]40





Documento Assinado Digitalmente por: ARNOBIO GOMES DA SILVA, EDER MARCONE VIEIRA  
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c0612738-2d26-4f63-4d07-8aac1babb9e63

BEM

VINDO

T  
E  
R  
E  
Z  
I  
N  
H  
A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA - PE

Governo Municipal

# ASSISTÊNCIA - FLUXO DE CAIXA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL GESTÃO 2025



Município de Terezinha - Pernambuco

Exercício Financeiro: 2025

Prefeitura Municipal de Terezinha

Cuidando do nosso povo





# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

JANEIRO A DEZEMBRO

Orçamento Programa - Exercício de 2025

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA



Documento Assinado Digitalmente por: ARNOBIO GOMES DA SILVA, EDER MARCONE VIEIRA  
Acesse em: <https://scte128.pb.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c0612738-2d26-4f63-4d07-8aac1b4b9e63

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		275.318,40	-436.924,94
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		319.515,82	44.157,22

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.004-40

TACIANA MALTA GOMES GOMES DA ROCHA  
SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL  
009.000.004-03

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.074-87

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

JANEIRO A DEZEMBRO

CONSOLIDADO

Orçamento Programa - Exercício de 2025



Documento Assinado em 15/01/2025 por EDER MARCONE VIEIRA  
 Acesse em: https://epp.epec.gov.br/epi/validar/0612738-2426-4f63-4d07-8aac1bab9e63

B - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>	<b>901.817,05</b>	<b>1.434.025,54</b>
Intergovernamentais	901.817,05	1.434.025,54
da União	197.334,84	910.625,44
de Estados e Distrito Federal	704.482,21	523.300,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas	0,00	0,00
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>901.817,05</b>	<b>1.434.025,54</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>	<b>30.965,43</b>	<b>16.825,10</b>
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
a Consórcios	0,00	0,00
Intragovernamentais	30.965,43	16.825,10
Outras transferências concedidas	0,00	0,00
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>30.965,43</b>	<b>16.825,10</b>

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.004-40

TACIANA MALTA GOMES GOMES DA ROCHA  
SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL  
009.000.004-03

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Orçamento Programa - Exercício de 2025

JANEIRO A DEZEMBRO

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA



Documento Assinado Digitalmente em 01/01/2025 às 10:00:00. Acesse em: https://stc.ead.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?Codigo\_documento:c0612738-2026-4f65-4407-88ac1ba09933

<b>C - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA	0,00	0,00
ESSENCIAL à JUSTIÇA	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.535.536,35	2.664.680,28
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00
TURISMO E LAZER	0,00	0,00
PROMOCAO DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>1.535.536,35</b>	<b>2.664.680,28</b>

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.004-03

TACIANA MALTA GOMES GOMES DA ROCHA  
SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL  
009.000.004-03

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.074-87

# FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Orçamento Programa - Exercício de 2025

JANEIRO A DEZEMBRO

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA



Documento Assinado  
Acesse em: <https://ctce.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c0612738-2d26-4f63-4d07-8aac1bab9e63

<b>D - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.004-40

TACIANA MALTA GOMES GOMES DA ROCHA  
SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL  
009.000.004-03

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.074-87



I

#### a) Informações Gerais

##### a.1. Nome da entidade

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

CNPJ: 15.783.195/0001-60

##### a.2. Domicílio da entidade

Avenida Getúlio Vargas S/N  
Centro  
Terezinha PE  
CEP: 55305-000

##### a.3. Dados do gestor

TACIANA MALTA GOMES GOMES DA ROCHA  
SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL  
CPF: 009[REDACTED]03

##### a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
CPF: 042.[REDACTED]0

##### a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

A Prefeitura Municipal de Terezinha concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2025 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal LOA 2025). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

##### a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

##### a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Terezinha:

Fundo Municipal de Assistência Social de Terezinha-PE

#### b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

##### b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna





específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

#### **b.2. Bases de mensuração utilizadas**

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2025 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 10ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

##### **b.2.1. O caixa e equivalente de caixa**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

##### **b.2.2. Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

##### **b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

##### **b.2.4. Estoques**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

##### **b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2024, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2024, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

##### **b.2.6. Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

##### **b.2.7. Intangível**





Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9. Passivo circulante e não circulante**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10. Empréstimos e financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11. Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

#### **b.2.12. Apuração do resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

### **b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

### **b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.





## **c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas**

### **c.1. Notas com Referências Cruzadas**

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

#### **Nota 1: Receita Orçamentária**

As receitas derivadas e originárias do exercício de 2025 totalizaram **R\$ 1.985.496,88**. Houve um aumento de **R\$ 467.319,51** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 2.452.816,39**.

#### **Nota 2: Transferências financeiras recebidas**

O valor das transferências recebidas no exercício de 2025 totalizou **R\$ 901.817,05**. Houve uma redução de **R\$ 532.258,59** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 1.434.075,64**.

#### **Nota 3: Outros Ingressos Operacionais**

Os outros ingressos operacionais totalizaram **R\$ 1.058.296,44**, sendo R\$ 81.457,33 ingressos extraorçamentários R\$ 81.457,33 e transferências financeiras recebidas R\$ 976.839,11. Em 2024, esse grupo totalizou **R\$ 1.058.296,44**.

#### **Nota 4: Desembolsos com Pessoal e Demais Despesas**

Os desembolsos com pessoal e demais despesas no exercício de 2025 totalizaram **R\$ 1.668.457,04**. Houve uma redução **R\$ 1.118.239,76** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 2.786.696,80**.

#### **Nota 5: Juros e Encargos da Dívida**

No exercício de 2025, não houve registro de desembolsos com juros e encargos da dívida, permanecendo o valor de **R\$ 0,00**, sem alteração em relação ao exercício de 2024.

#### **Nota 6: Transferências Concedidas**

As transferências concedidas no exercício de 2025 totalizaram **R\$ 30.965,43**. Houve um aumento de **R\$ 14.149,92** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 16.815,51**.

#### **Nota 7: Outros Desembolsos Operacionais**

Os outros desembolsos operacionais totalizaram **R\$ 101.955,26**, sendo **R\$ 101.955,26** decorrentes de desembolsos extraorçamentários e **R\$ 0,00** relativos a transferências financeiras concedidas. Em 2024, esse grupo totalizou **R\$ 105.201,01**.

#### **Nota 8: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais**

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no exercício de 2025 foi positivo em **R\$ 317.039,84**, superior ao apurado em 2024, que foi de **R\$ -333.880,41**.





**Nota 9: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento**

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		41.721,44	103.044,13
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		41.721,44	103.044,13
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-41.721,44	-103.044,13

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento no exercício de 2025 foi negativo em **R\$ 41.721,44**, em razão de desembolsos com aquisição de ativo não circulante no mesmo valor. Em 2024, o fluxo líquido dessas atividades foi negativo em **R\$ -103.044,13**.

**Nota 10: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento**

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento no exercício de 2025 foi negativo em **R\$ 0,00**, decorrente de outros desembolsos de financiamentos. Em 2024, esse fluxo foi negativo em **R\$ 0,00**.

**Nota 11: Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial**

O saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa, em **31/12/2024**, foi de **R\$ 44.197,42**. No exercício anterior, o saldo inicial havia sido de **R\$ 481.121,96**.

**Nota 12: Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa**

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, resultante da soma dos fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, totalizou **R\$ 275.318,40** no exercício de 2025. Em 2024, foi apurado resultado negativo de **R\$ -436.924,54**.

**Nota 13: Caixa e Equivalentes de Caixa Final**

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa, em **31/12/2025**, totalizou **R\$ 319.515,82**, contra **R\$ 44.197,42** no exercício anterior, havendo um aumento de **R\$ 275.318,40**

**d) Outras Informações Relevantes**

**d.1. Resultado financeiro do período**

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2025 totalizou **R\$ 317.039,84**. Houve um aumento de **R\$ 650.920,25** em relação ao exercício de 2024, cujo saldo final foi de **R\$ -333.880,41**. A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no período foi positiva em **R\$ 650.920,25**.





O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

• Caixa e Equivalente de Caixa Inicial:	<b>R\$ 44.197,42</b>
• Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I):	<b>R\$ 317.039,84</b>
• Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II):	<b>R\$ -41.721,44</b>
• Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III):	<b>R\$ 0,00</b>
= Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa (I+II+III):	<b>R\$ 275.318,40</b>
= Caixa e Equivalente de Caixa Final:	<b>R\$ 319.515,82</b>

**Os ingressos totais das atividades operacionais no exercício de 2025 somaram R\$ 1.985.496,88, compostos por:**

- Receitas Derivadas e Originárias no valor de R\$ 25.383,39;
- Transferências Recebidas no montante de R\$ 901.817,05;
- Outros Ingressos Operacionais no valor de R\$ 1.058.296,44, sendo estes formados por:
  - Ingressos Extraorçamentários: R\$ 81.457,33;
  - Transferências Financeiras Recebidas: R\$ 976.839,11.

#### **d.1.3 Composição dos desembolsos operacionais**

**Os desembolsos totais das atividades operacionais no exercício de 2025 somaram R\$ 1.668.457,04, compostos por:**

- Pessoal e Demais Despesas no valor de R\$ 1.535.536,35;
- Juros e Encargos da Dívida no valor de R\$ 0,00;
- Transferências Concedidas no montante de R\$ 30.965,43;
- Outros Desembolsos Operacionais no valor de R\$ 101.955,26.

#### **d.1.4 Análise do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

O fluxo de caixa das atividades operacionais do exercício de 2025 apresentou resultado **positivo de R\$ 317.039,84**, evidenciando que os ingressos operacionais foram suficientes para suportar os desembolsos no período.

Observa-se que o total de ingressos operacionais, no montante de **R\$ 1.985.496,88**, superou os desembolsos operacionais, que somaram **R\$ 1.668.457,04**, resultando em geração líquida de caixa. Esse desempenho demonstra **equilíbrio financeiro na execução das atividades operacionais**, refletindo uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Destaca-se que a principal fonte de ingressos foi composta pelas **transferências recebidas** e pelos **outros ingressos operacionais**, indicando elevada dependência de repasses e movimentações financeiras intraorçamentárias, característica comum às entidades do setor público.

No tocante aos desembolsos, verifica-se que a maior parcela está concentrada em **pessoal e demais despesas**, o que evidencia o caráter continuado e essencial das atividades administrativas e operacionais do ente.

Adicionalmente, a inexistência de despesas com **juros e encargos da dívida** demonstra ausência de endividamento oneroso no período, contribuindo positivamente para o resultado financeiro apurado.

Por fim, o resultado superavitário do fluxo de caixa operacional reforça a **capacidade do ente em honrar seus compromissos de curto prazo**, bem como sinaliza uma situação de regularidade na gestão financeira, em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal e da boa governança pública.

#### **Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos**

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.





**d.2. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.3. Divulgações não financeiras**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.4. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**d.5. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

**h) Itens mais Relevantes que Compõem os Fluxos de Caixa**

**h.1. Descrição dos itens Incluídos no Conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Os investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**h.2. Descrição dos Itens Mais Relevantes do Fluxo de Caixa**

Relevância	Descrição	2025 (R\$)	2024 (R\$)
1º	Transferências Recebidas	901.817,05	1.434.075,64
2º	Pessoal e Demais Despesas	1.535.536,35	2.664.680,28
3º	Outros Ingressos Operacionais	101.955,26	105.201,01

No exercício de 2025, os itens mais relevantes da Demonstração dos Fluxos de Caixa foram: Transferências Recebidas, no valor de R\$ 901.817,05; Pessoal e Demais Despesas, no montante de R\$ 1.535.536,35; e Outros Ingressos Operacionais, no valor de R\$ 101.955,26.

**i) Adequação ao PIPCP**

As informações apresentadas neste Demonstrativo, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015 e atualizado pela Portaria STN/MF Nº 1.569/2023.





# FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS. SOCIAL

## Nota Explicativa

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

#### Anexo 18, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: ARNOBIO GOMES DA SILVA; EDER MARCONE VIEIRA  
Acesse em: <https://stc.ite.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c0612738-2d26-4f63-4d07-8aac1bab9e63

TACIANA MALTA GOMES GOMES DA ROCHA  
SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL  
CPF: 00[REDACTED]-03

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
CPF: 04[REDACTED]40





BEM

VINDO

T  
E  
R  
E  
Z  
I  
N  
H  
A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA - PE

Governo Municipal

# EDUCAÇÃO - FLUXO DE CAIXA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL GESTÃO 2025



Município de Terezinha - Pernambuco

Exercício Financeiro: 2025

Prefeitura Municipal de Terezinha

Cuidando do nosso povo



# FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Orçamento Programa - Exercício de 2025

JANEIRO A DEZEMBRO

ISOLADO: 6 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA



Documento Assinado Digitalmente em: https://atce.terezinha.ma.gov.br/ep/ValidaDoc.shtm?documento=2025-02-12-16:58:24-407-88ac1b409e653

<b>A - QUADRO PRINCIPAL</b>			
<b>FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		22.233.553,67	18.468.811,94
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		210.486,54	97.666,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Originárias		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		210.486,54	97.666,77
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	B	17.576.772,64	15.269.008,98
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		4.446.294,49	3.102.007,96
Ingressos Extraorçamentários		1.998.661,51	1.556.994,96
Transferências Financeiras Recebidas		2.447.632,98	1.545.102,90
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)		20.138.700,01	17.810.909,99
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	C	16.289.373,93	13.619.577,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	D	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	B	2.207.015,05	2.213.106,27
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		1.642.311,03	1.978.325,00
Desembolsos Extra-Orçamentários		1.642.311,03	1.978.325,00
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>		<b>2.094.853,66</b>	<b>657.889,21</b>
<b>FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		1.176.887,98	1.219.640,91
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.176.887,98	1.219.640,91
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>-1.176.887,98</b>	<b>-1.219.640,91</b>
<b>FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>		<b>126.783,59</b>	<b>688.541,67</b>

HELIO INACIO DOS SANTOS  
SEC. EDUCAÇÃO  
027.000.054-62

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.074-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.074-87

# FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

JANEIRO A DEZEMBRO

Orçamento Programa - Exercício de 2025

ISOLADO: 6 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA



Documento Assinado Digitalmente por: ARNOBIO GOMES DA SILVA, EDER MARCONE VIEIRA  
Acesse em: <https://scte.fce.pb.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c0612738-2d26-4f63-4d07-8aac1b4b9e63

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		917.965,68	-561.788,88
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.044.749,27	126.733,99

HELIO INACIO DOS SANTOS  
SEC. EDUCAÇÃO  
027.000.054-62

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.074-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.074-87



# FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

JANEIRO A DEZEMBRO

Orçamento Programa - Exercício de 2025

ISOLADO: 6 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA



Documento Assinado Digitalmente em 13/01/2025 às 10:00:00. Acesse em: https://stc.ead.pe.gov.br/epp/validaDoc.shtm?CodigoDoDocumento:0612738-2025-465-440-788ac1ba09933

C - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA	0,00	0,00
ESSENCIAL à JUSTIÇA	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	16.289.373,93	13.619.537,42
CULTURA	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00
TURISMO E LAZER	0,00	0,00
PROMOCAO DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>16.289.373,93</b>	<b>13.619.537,42</b>

HELIO INACIO DOS SANTOS  
SEC. EDUCAÇÃO  
027.000.054-62

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.074-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.074-87

**FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**JANEIRO A DEZEMBRO**

Orçamento Programa - Exercício de 2025

ISOLADO: 6 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA



Documento Assinado  
Acesse em: <https://ctce.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c0612738-2d26-4f63-4d07-8aac1bab9e63

<b>D - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

HELIO INACIO DOS SANTOS  
SEC. EDUCAÇÃO  
027.000.054-62

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.000.074-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO  
SECRETARIO DE FINANÇAS  
765.000.074-87



## a) Informações Gerais

### a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Educacao - Fme

CNPJ: 30.857.351/0001-84

### a.2. Domicílio da entidade

Avenida Getúlio Vargas S/N

Centro

Terezinha PE

CEP: 55305-000

### a.3. Dados do gestor

HELIO INACIO DOS SANTOS

SEC. EDUCAÇÃO

CPF: 009.██████████03

### a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

EDER MARCONE VIEIRA

CONTADOR

CPF: 042.██████████0

### a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Educação Terezinha concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2025 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal LOA 2025). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

### a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

### a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Terezinha:

Fundo Municipal de Educação de Terezinha – PE

## b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

### b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.





#### b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2025 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 10ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

##### b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

##### b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

##### b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

##### b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

##### b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2024, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2024, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

##### b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

##### b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis





ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9. Passivo circulante e não circulante**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10. Empréstimos e financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11. Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

#### **b.2.12. Apuração do resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

### **b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas**

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

### **b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.

## **c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas**

### **c.1. Notas com Referências Cruzadas**





A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

#### Nota 1: Receita Orçamentária

As receitas derivadas e originárias do exercício de 2025 totalizaram **R\$ 22.233.553,6**. Houve um aumento de **R\$ 3.764.711,83** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 18.468.841,84**.

#### Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas no exercício de 2025 totalizou **R\$ 17.576.772,64**. Houve um aumento de **R\$ 2.307.704,43** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 15.269.068,21**. Desse total, **R\$ 4.446.294,49** corresponderam a transferências intergovernamentais e **R\$ 1.998.661,51** a outras transferências recebidas **R\$ 2.447.632,98**.

#### Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os outros ingressos operacionais totalizaram **R\$ 1.998.661,51**. Em 2024, esse grupo totalizou **R\$ 1.556.954,96**.

#### Nota 4: Desembolsos com Pessoal e Demais Despesas

Os desembolsos com pessoal e demais despesas no exercício de 2025 totalizaram **R\$ 20.138.700,01**. Houve um aumento de **R\$ 2.327.741,00** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 17.810.959,01**.

#### Nota 5: Juros e Encargos da Dívida

No exercício de 2025, não houve registro de desembolsos com juros e encargos da dívida, permanecendo o valor de **R\$ 0,00**, sem alteração em relação ao exercício de 2024.

#### Nota 6: Transferências Concedidas

As transferências concedidas no exercício de 2025 totalizaram **R\$ 2.207.015,05**. Houve uma redução de **R\$ 6.091,46** em relação ao exercício de 2024, que foi de **R\$ 2.213.106,51**.

#### Nota 7: Outros Desembolsos Operacionais

Os outros desembolsos operacionais totalizaram **R\$ 1.642.311,0**, sendo **R\$ 1.642.311,03** decorrentes de desembolsos extraorçamentários e **R\$ 0,00** relativos a transferências financeiras concedidas. Em 2024, esse grupo totalizou **R\$ 1.978.315,08**.

#### Nota 8: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no exercício de 2025 foi positivo em **R\$ 2.094.853,66**, superior ao apurado em 2024, que foi de **R\$ 657.882,83**.

#### Nota 9: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento





FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		1.176.887,98	1.219.640,91
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.176.887,98	1.219.640,91
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-1.176.887,98	-1.219.640,91

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento no exercício de 2025 foi negativo em **R\$ 1.176.887,98**, em razão de desembolsos com aquisição de ativo não circulante no mesmo valor. Em 2024, o fluxo líquido dessas atividades foi negativo em **R\$ -1.219.640,91**.

#### Nota 10: Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento no exercício de 2025 foi negativo em **R\$ 0,00**, decorrente de outros desembolsos de financiamentos. Em 2024, esse fluxo foi negativo em **R\$ 0,00**.

#### Nota 11: Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial

O saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa, em **31/12/2024**, foi de **R\$ 126.783,59**. No exercício anterior, o saldo inicial havia sido de **R\$ 688.541,67**.

#### Nota 12: Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, resultante da soma dos fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, totalizou **R\$ 917.965,68** no exercício de 2025. Em 2024, foi apurado resultado negativo de **R\$ -561.758,08**.

#### Nota 13: Caixa e Equivalentes de Caixa Final

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa, em **31/12/2025**, totalizou **R\$ 1.044.749,27**, contra **R\$ 126.783,59** no exercício anterior, havendo uma redução de **R\$ 917.965,68**

## d) Outras Informações Relevantes

### d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2025 totalizou **R\$ 1.044.749,27**. Houve uma redução de **R\$ 917.965,68** em relação ao exercício de 2024, cujo saldo final foi de **R\$ 126.783,59**. A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no período foi positiva em **R\$ 917.965,68**.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:





• Caixa e Equivalente de Caixa Inicial:	<b>R\$ 126.783,59</b>
• Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I):	<b>R\$ 2.094.853,66</b>
• Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II):	<b>R\$ -1.176.887,9</b>
• Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III):	<b>R\$ 0,00</b>
= Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa (I+II+III):	<b>R\$ 917.965,68</b>
= Caixa e Equivalente de Caixa Final:	<b>R\$ 1.044.749,27</b>

#### **d.1.2 Composição dos ingressos operacionais**

Os ingressos totais das atividades operacionais no exercício de 2025 somaram R\$ 22.233.553,67, compostos por:

- Receitas Derivadas e Originárias no valor de R\$ 210.486,54;
- Transferências Recebidas no montante de R\$ 17.576.772,64;
- Outros Ingressos Operacionais no valor de R\$ 4.446.294,49, sendo estes formados por ingressos extraorçamentários e transferências financeiras recebidas.

#### **d.1.3 Composição dos desembolsos operacionais**

Os desembolsos totais das atividades operacionais no exercício de 2025 somaram R\$ 20.138.700,01, compostos por:

- Pessoal e Demais Despesas no valor de R\$ 16.289.373,93;
- Juros e Encargos da Dívida no valor de R\$ 0,00;
- Transferências Concedidas no montante de R\$ 2.207.015,05;
- Outros Desembolsos Operacionais no valor de R\$ 1.642.311,03.

#### **Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos**

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

#### **d.2. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

Não se aplica a este demonstrativo.

#### **d.3. Divulgações não financeiras**

Não se aplica a este demonstrativo.

#### **d.4. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

#### **d.5. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

#### **e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

#### **f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

#### **g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.





## **h) Itens mais Relevantes que Compõem os Fluxos de Caixa**

### **h.1. Descrição dos itens Incluídos no Conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Os investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

### **h.2. Descrição dos Itens Mais Relevantes do Fluxo de Caixa**

Relevância	Descrição	2025 (R\$)	2024 (R\$)
1º	Transferências Recebidas	17.576.772,64	15.269.068,21
2º	Pessoal e Demais Despesas	16.289.373,93	13.619.537,42
3º	Outros Ingressos Operacionais	4.446.294,49	3.102.097,06

No exercício de 2025, os itens mais relevantes da Demonstração dos Fluxos de Caixa foram: Transferências Recebidas, no valor de R\$ 17.576.772,64; Pessoal e Demais Despesas, no montante de R\$ 16.289.373,93; e Outros Ingressos Operacionais, no valor de R\$ 4.446.294,4.

## **i) Adequação ao PIPCP**

As informações apresentadas neste Demonstrativo, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015 e atualizado pela Portaria STN/MF Nº 1.569/2023.

**HELIO INACIO DOS SANTOS**  
SEC. EDUCAÇÃO  
CPF: 027.000.054-62

**EDER MARCONE VIEIRA**  
CONTADOR  
CPF: 042.000.074-40

